

CTC - Centro de
Tecnologia
Canavieira S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de março de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone 55 (16) 3323-6650, Fax 55 (16) 3323-6651
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e Diretoria Executiva do
CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A.
Fazenda Santo Antonio, s/nº - Bloco 01 - Bairro Santo Antonio
Piracicaba - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do CTC - Centro de Tecnologia Canaveira S.A. ("Companhia"), que compreende o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e pela apresentação dessas demonstrações financeiras condizente com a normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das



demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. em 31 de março de 2016, o desempenho de suas operações para e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 25 de maio de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rafael Henrique Klug
Contador CRC 1SP246035/O-7

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Caixa equivalentes de caixa	8	116.628	141.891	Fornecedores	17	9.855	8.375
Instrumentos financeiros	9	118.255	-	Empréstimos e financiamentos	20	33.391	4.148
Contas a receber	10	23.198	27.797	Impostos e contribuições a recolher		1.226	1.149
Estoques		187	168	Salários, férias e encargos a pagar	18	16.568	15.415
Impostos a recuperar	11	306	2.439	Receitas a auferir e diferidas	19	2.930	6.251
Ativo fiscal corrente	12	3.461	794	Outras contas a pagar		2.039	1.314
Outras contas a receber	13	77.801	776				
Total do ativo circulante		339.836	173.865	Total do passivo circulante		66.009	36.652
				Empréstimos e financiamentos	20	196.113	89.750
Contas a receber	10	10.538	-	Total do passivo não circulante		196.113	89.750
Outras contas a receber	13	5.423	1.338				
Impostos a recuperar	11	7.945	4.984	Patrimônio líquido	22		
Ativo fiscal diferido	14	21.610	18.771	Capital social		456.897	361.398
Imobilizado	15	138.826	133.718	Prejuízos acumulados		(27.571)	(29.078)
Intangível	16	167.270	126.046	Total do patrimônio líquido		429.326	332.320
Total do ativo não circulante		351.612	284.857	Total do passivo		262.122	126.402
Total do ativo		691.448	458.722	Total do passivo e patrimônio líquido		691.448	458.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	2016	2015
Receita operacional	25	86.496	75.093
Custo de pesquisa & desenvolvimento e serviços prestados	26	<u>(67.014)</u>	<u>(49.911)</u>
Lucro bruto		<u>19.482</u>	<u>25.182</u>
Despesas administrativas	26	(33.221)	(22.104)
Outras receitas (despesas) operacionais		<u>(1.485)</u>	<u>(4.307)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(15.224)</u>	<u>(1.229)</u>
Despesas financeiras	27	(12.067)	(7.124)
Receitas financeiras	27	<u>24.471</u>	<u>8.552</u>
Financeiras líquidas	27	<u>12.404</u>	<u>1.428</u>
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(2.820)</u>	<u>199</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	2.839	5.000
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	<u>1.488</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do exercício		<u>1.507</u>	<u>5.199</u>
Lucro líquido do exercício por ação	23	<u>0,0021</u>	<u>0,0077</u>

A: As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015.

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	<u>1.507</u>	<u>5.199</u>
Resultado abrangente total	<u>1.507</u>	<u>5.199</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de abril de 2014	196.459	(63)	(34.277)	162.119
Integralização de capital	165.002	-	-	165.002
Lucro líquido do exercício	-	-	5.199	5.199
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de março de 2015	361.461	(63)	(29.078)	332.320
Integralização de capital	95.440	59	-	95.499
Lucro líquido do exercício	-	-	1.507	1.507
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Saldos em 31 de março de 2016	456.901	(4)	(27.571)	429.326

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.511	5.199
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	7.319	5.852
Provisão para devedores duvidosos	5.550	4.710
Provisão arrendamento	439	410
Outras provisões	300	135
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.839)	(5.000)
Redução ativo biológico	-	1.084
Valor residual do ativo imobilizado baixado	489	210
Provisões de juros	7.232	3.297
	<u>20.001</u>	<u>15.897</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em contas a receber	(11.489)	5.590
(Aumento) em estoques	(19)	(109)
(Aumento) em impostos a recuperar	(42)	(4.114)
(Aumento) em outras contas a receber	(3.586)	(1.721)
Aumento (redução) em fornecedores	741	(2.509)
Aumento em impostos e contribuições a recolher	77	307
Aumento (redução) em salários, férias e encargos a pagar	1.153	(1.599)
(Redução) aumento em receitas a auferir	(3.321)	54
Aumento em outras contas a pagar	725	939
Juros pagos	(8.166)	(3.318)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(3.453)	(2.268)
	<u>(7.379)</u>	<u>7.149</u>
Fluxo de caixa (aplicado nas) decorrente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras - instrumentos financeiros	(118.255)	-
Aquisições de imobilizado	(17.075)	(53.283)
Intangível	(37.065)	(48.547)
	<u>(172.395)</u>	<u>(101.830)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos		
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos tomados	143.978	18.385
Empréstimos pagos	(7.438)	(667)
Valores recebidos a título de aumento de capital	17.975	165.002
	<u>154.515</u>	<u>182.720</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos		
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(25.259)</u>	<u>88.039</u>
No início do exercício	141.891	53.852
No fim do exercício	<u>116.628</u>	<u>141.891</u>
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(25.263)</u>	<u>88.039</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
Receitas	89.831	78.015
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	95.381	82.725
Provisão para devedores duvidosos	(5.550)	(4.710)
Insumos adquiridos de terceiros	(36.546)	(24.342)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(18.233)	(11.023)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(18.313)	(13.319)
Valor adicionado bruto	53.285	53.673
Depreciação e amortização	(7.319)	(5.850)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	45.966	47.823
Valor adicionado recebido em transferência	28.536	8.955
Receitas financeiras	24.471	8.552
Outras	4.065	403
Valor adicionado total a distribuir	74.502	56.778
Distribuição do valor adicionado	(74.502)	(56.778)
Pessoal	(56.370)	(41.823)
Remuneração direta	(38.470)	(31.095)
Benefícios	(12.668)	(7.951)
F.G.T.S.	(5.232)	(2.777)
Impostos, taxas e contribuições	(4.558)	(2.632)
Federais - PIS / COFINS	(8.835)	(7.534)
Federais - Imposto de renda e contribuição social	4.327	5.000
Municipais	(50)	(98)
Remuneração de capitais de terceiros	(12.067)	(7.124)
Juros e despesas bancárias	(11.802)	(6.126)
Outras	(265)	(998)
Remuneração de capital próprio	(1.507)	(5.199)
Lucro líquido do exercício	(1.507)	(5.199)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia tem por objetivo social a pesquisa, o desenvolvimento e a comercialização de tecnologias para o setor sucroenergético, com destaque para o desenvolvimento de novas variedades de cana de açúcar, através de melhoramento genético e para tecnologias disruptivas.

Até janeiro de 2011, a Companhia foi regida segundo a legislação brasileira, sob a forma de sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos ou econômicos, beneficiando-se com a isenção de imposto de renda e contribuição social sobre o resultado apurado nas atividades associativas e sujeita ao recolhimento desses impostos e demais tributos e contribuições nas demais operações. As receitas eram provenientes, substancialmente, de contribuições associativas.

Por meio da Ata Geral de Transformação realizada em 12 de janeiro de 2011, a Companhia se transformou em Sociedade por Ações de capital fechado, vislumbrando lucro e remuneração de seus acionistas.

A transformação do CTC em uma Sociedade Anônima, em 2011, visou atrair mais recursos tecnológicos e financeiros às pesquisas do setor, para manter sua competitividade e continuar a assegurar ao Brasil a posição de liderança na indústria sucroalcooleira mundial. Dessa forma, uma das áreas de foco escolhidas foi o Melhoramento Genético, uma vez que o CTC detém o maior banco de germoplasma de cana-de-açúcar do mundo e papel destacado nos campos do melhoramento convencional e da biotecnologia aplicados à cana. A segunda área de enfoque, Novas Tecnologias, explora tecnologias disruptivas que possam trazer substanciais ganhos de produtividade ao setor, como as sementes artificiais e o etanol celulósico, cuja planta de demonstração iniciou operações no ano-safra 14/15.

A sustentabilidade econômica e o custeio das pesquisas virão, através de *royalties* cobrados pelo uso das novas variedades, e pela comercialização de outros produtos e novas tecnologias, assim como aportes efetuados pelos seus acionistas e entidades financiadoras de projetos de pesquisa, sendo como subvenção ou empréstimos. A geração de receitas deu início no exercício findo em 31 de março de 2012.

Em fevereiro de 2016 a Companhia enviou seu pedido para registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como autorizar a adesão da empresa ao segmento de listagem Bovespa Mais da BM&FBovespa. O registro como companhia aberta e a listagem no Bovespa Mais integram o acordo feito em março de 2014 com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 25 de maio de 2016.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas continuamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Contas a receber);
- Nota 16 - Capitalização de gastos com desenvolvimento (Intangível);
- Nota 28 - Instrumentos financeiros; e
- Nota 31 - Arrendamentos mercantis operacionais.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas quanto a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6.b (iii) - Vida útil do ativo imobilizado;
- Nota 14 - Ativo fiscal diferido; e
- Nota 21 - Provisão para contingências.

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao *Chief Financial Officer* “CFO”.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação é de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Gerenciamento de Riscos da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 10 - Contas a receber;
- Nota explicativa nº 20 - Empréstimos e financiamentos; e
- Nota explicativa nº 28 - Instrumentos financeiros.

Contas a receber

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

Empréstimos e financiamentos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico reconhecido nos balanços patrimoniais.

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece as contas a receber de clientes e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia detém o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber e outros recebíveis

As contas a receber são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber.

(ii) *Passivos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece passivos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(iii) Capital social

As ações são todas ordinárias nominativas, sem valor nominal e são classificadas como patrimônio líquido.

b. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde os ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção rotineira do imobilizado são reconhecidos como despesas conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As taxas médias ponderadas anual de depreciação para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxa média ponderada anual
Máquinas e equipamentos	10%
Veículos	20%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6,7%
Máquinas e equipamentos importados	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

c. Intangível

(i) Projetos de pesquisa & desenvolvimento

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(ii) Software

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

(iii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para os exercícios corrente e comparativo é a seguinte:

Software 5 anos

Métodos de amortização, vida úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

As receitas de *royalties* atuais são decorrentes de variedades de cana-de-açúcar que foram desenvolvidas antes da transformação em sociedade anônima que ocorreu em 2011. Até então, a Companhia era uma entidade sem fins lucrativos e não mantinha controles efetivos para reconhecimento do intangível, portanto todos os gastos eram alocados ao resultado do exercício.

As variedades em desenvolvimento, cujo os gastos estão alocados no intangível, ainda não atingem os critérios de amortização definidos pelo IAS38/CPC 04 o que deve ocorrer a partir de 2018 conforme nota explicativa 16.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

e. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares .

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. A perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, diminuído de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Caso o valor justo de um título de dívida, para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e, esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Os demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

g. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

h. Receita operacional

(i) Receitas de royalties

Receitas decorrentes do uso por terceiros de ativos da Companhia, que produzam juros, *royalties* e dividendos, devem ser reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade e o valor da receita puder ser mensurado de forma confiável. Os *royalties* devem ser reconhecidos segundo regime de competência de acordo com a substância do contrato.

As receitas de *royalties* reconhecidas pela Companhia referem-se a variedades de cana-de-açúcar desenvolvidas antes da transformação em sociedade anônima e são reconhecidas no resultado do exercício pelo método linear nos meses de abril a março, tendo como base a área de plantio multiplicada por valor definido em contrato firmado entre as partes. A emissão das notas fiscais de faturamento e os recebimentos ocorrem durante o período de safra de cana de açúcar nos meses de setembro a dezembro. Caso o faturamento seja maior que a parcela já reconhecida no resultado a diferença é reconhecida como “receitas diferidas” no passivo circulante.

(ii) Venda de bens e serviços

A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado, este é reconhecido de acordo com suas respectivas vendas.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos sobre as aplicações financeiras. A receita financeira é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e com juros.

j. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha de ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

k. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia possui um único segmento operacional de negócio: Melhoramento genético conforme divulgado na nota explicativa 24.

l. Lucro líquido por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33.

m. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas.

n. Ativos arrendados

Os arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais. Os ativos arrendados não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia (arrendatária). A propriedade para investimento mantida sob um arrendamento operacional é reconhecida no balanço patrimonial da Companhia (arrendadora) pelo seu custo histórico.

7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações efetivas para exercícios iniciados após 1º de abril de 2016, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 *Financial instruments* (Instrumentos financeiros) (2010), IFRS 9 *Financial instruments* (Instrumentos financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 *Revenue from contracts with customers* (Receita de contratos com clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS, quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 exige uma entidade a reconhecer que todos os arrendamentos nos quais a Companhia é arrendatária deverão estar reconhecidos no balanço. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui a IAS 17 - Arrendamentos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa e bancos	1.102	28
Aplicações financeiras	115.526	141.863
Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros	116.628	141.891

As aplicações financeiras são fundos compostos de títulos pós-fixados atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que aplicam seus recursos em títulos de renda fixa emitidos exclusivamente pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil e em emissões de empresas e bancos classificadas como baixo risco pela área de crédito do gestor. As aplicações são remuneradas por taxas de 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e de conversão rápida.

9 Instrumentos financeiros

	2016	2015
Aplicações financeiras	118.255	-

Aplicação financeira atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), remuneradas por taxas de 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) com liberação a partir de 13 de junho de 2016.

10 Contas a receber

	2016	2015
Clientes	11.696	9.579
Clientes - partes relacionadas (nota explicativa nº 29)	36.375	27.003
(- Provisão para devedores duvidosos)	(14.335)	(8.785)
	33.736	27.797
Ativo circulante	23.198	27.797
Ativo não circulante	10.538	-

Representado substancialmente por saldos a receber referentes ao licenciamento de variedades (royalties). A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 28.

As contas a receber são classificadas como recebíveis demonstrados ao custo amortizado.

11 Impostos a recuperar

	2016	2015
IRRF sobre aplicação	2.961	2.046
Outros impostos a recuperar	306	393
ICMS sobre importações a Recuperar	2.560	2.560
PIS/COFINS/ sobre importações	2.424	2.424
	8.251	7.423
Ativo circulante	306	2.439
Ativo não circulante	7.945	4.984

12 Ativo fiscal corrente

	2016	2015
IRPJ	2.647	646
CSLL	814	148
	3.461	794

13 Outras contas a receber

	2016	2015
Despesas Antecipadas	5.357	1.327
Aumento de Capital - partes relacionadas (nota explicativa nº 29)	77.524	575
Outras contas a receber	343	212
	83.224	2.114
Ativo circulante	77.801	776
Ativo não circulante	5.423	1.338

As Despesas antecipadas são caracterizadas pela entrega de mudas para multiplicação de variedades em clientes para aumento Market share da Companhia. Estas mudas são monitoradas para que a taxa de multiplicação seja efetivada conforme contrato assinado com o cliente.

14 Ativo fiscal diferido

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social apresentados no ativo não circulante foram apurados sobre prejuízos fiscais e base negativa, com realização quando da apuração de lucros futuros.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis, atentando para diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando de sua elaboração. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

	2015	Reconhecidos no resultado	2016
Provisão para devedores duvidosos	2.967	1.907	4.874
Diferenças temporárias (a)	3.620	(176)	3.444
Prejuízo fiscal e base negativa	12.184	1.108	13.292
Imposto diferido líquido	18.771	2.839	21.610

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2016	2015
(Lucro) / Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.824)	199
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	960	(68)
Receita de subvenção (b)	485	-
Receita de P&D (c)	3.063	-
Outras adições e exclusões permanentes	(181)	5.068
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	4.327	5.000
Alíquota Efetiva	153%	2.513%
Imposto diferido	2.839	5.000
Imposto corrente	1.488	-
	4.327	5.000

- (a) Refere-se substancialmente a provisão de participação nos resultados e provisões de arrendamento.
- (b) Referente a projetos do CTC, enquanto entidade sem fins lucrativos, que tiveram aprovação da FINEP em 2015. Conforme mencionado na nota explicativa 19, o montante de R\$2.930 depende de aprovação de prestação de contas que quando ocorrer também será apresentado como exclusão permanente.
- (c) Refere-se a incentivo fiscal da Lei do Bem. A Lei 11.196/05, que passou a ser conhecida como “Lei do Bem”, cria a concessão de incentivos fiscais às pessoas jurídicas que realizarem pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica.

15 Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Máq. e equip. importados	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Veículos	Benfeitorias imóveis terceiros	Bens de terceiros - FINEP	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo ou custo atribuído:										
Saldo em 31 de março de 2014	15.226	1.272	1.705	4.147	8.168	5.677	3.172	52.576	6.809	98.752
Adições	3.961	225	150	1.166	1.182	317	-	42.946	3.337	53.284
Baixas	(11)	-	-	(17)	(1.429)	-	-	-	-	(1.457)
Transferências	148	89	-	-	746	179	-	5.607	(6.769)	-
Saldo em 31 de março de 2015	19.324	1.586	1.855	5.296	8.667	6.173	3.172	101.129	3.377	150.579
Adições	1.907	4	64	10	2.129	19	-	11.654	1.288	17.075
Baixas	(2)	-	-	(153)	(945)	-	-	(140)	-	(1.240)
Transferências	2.554	7	1.105	75	89	10.657	(1.170)	(14.428)	(4.665)	(5.776)
Saldo em 31 de março de 2016	23.783	1.597	3.024	5.228	9.940	16.849	2.002	98.215	-	160.638
Depreciação:										
Saldo em 31 de março de 2014	(3.247)	(13)	(769)	(2.060)	(3.411)	(3.482)	-	-	-	(12.982)
Depreciação no exercício	(1.660)	(142)	(174)	(682)	(1.423)	(1.044)	-	-	-	(5.125)
Baixa de depreciação	6	-	-	6	1.234	-	-	-	-	1.246
Saldo em 31 de março de 2015	(4.901)	(155)	(943)	(2.736)	(3.600)	(4.526)	-	-	-	(16.861)
Depreciação no exercício	(1.992)	(159)	(233)	(819)	(1.686)	(813)	-	-	-	(5.702)
Baixa de depreciação	-	-	-	148	603	-	-	-	-	751
Saldo em 31 de março de 2016	(6.893)	(314)	(1.176)	(3.407)	(4.683)	(5.339)	-	-	-	(21.812)
Valor contábil líquido										
Em 31 de março de 2015	14.423	1.431	912	2.560	5.067	1.647	3.172	101.129	3.377	133.718
Em 31 de março de 2016	16.890	1.283	1.848	1.821	5.257	11.510	2.002	98.215	-	138.826

Ativos penhorados

Em 31 de março de 2016, a Companhia não possui bens que estão sujeitos à penhora para garantia.

Revisão da vida útil

A Companhia revisou a vida útil econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado. O levantamento foi realizado com base em laudo técnico emitido por profissionais especializados.

A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado atual está evidenciada na Nota Explicativa nº 6.b(iii).

Bens de terceiros - FINEP

A Companhia possui com a FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos contratos relacionados ao desenvolvimento de projetos e pesquisas definidos em convênios firmados entre as partes.

Conforme contrato, os bens adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com recursos serão de propriedade da Companhia. Caso não haja aprovação da prestação de contas a Companhia possui o dever de restituir o FINEP pelos recursos transferidos, conforme mencionado na nota explicativa 19.

Obras em andamento

O principal valor no montante aproximado de R\$ 79.624 refere-se a um contrato de convênio que a Companhia possui com a Usina São Manoel para parceria na montagem de uma planta de demonstração de tecnologia de Etanol de segunda geração - "E2G" integrada ao seu parque industrial atual. O contrato tem vigência de seis anos, a partir de janeiro de 2013, podendo ser prorrogado, e determina as condições de operação da planta de produção do E2G. O projeto encontra-se em fase de testes e tem previsão para funcionamento até o final do segundo trimestre de 2016. A Usina São Manoel possui preferência de compra ao final do projeto.

A Companhia possui também nesta rubrica uma planta comercial do Projeto Palha no valor aproximado de R\$ 12.377 a qual refere-se a um contrato de venda com a Usina Ferrari, planta que auxiliará no processo de enfardamento da palha do campo para cogeração de energia elétrica.

16 Intangível

	<i>Software</i>	Projetos de pesquisa e desenvolvimento	Total
Custo ou custo atribuído:			
Saldo em 31 de março de 2014	4.562	76.239	80.801
Adições	1.208	47.337	48.545
Baixas	(45)	-	(45)
Saldo em 31 de março de 2015	5.725	123.576	129.301
Adições	270	36.795	37.065
Transferência do imobilizado	5.776	-	5.776
Saldo em 31 de março de 2016	11.771	160.371	172.142
Amortização:			
Saldo em 31 de março de 2014	(2.575)	-	(2.575)
Amortização	(725)	-	(725)
Baixa de Amortização	45	-	45
Saldo em 31 de março de 2015	(3.255)	-	(3.255)
Amortização	(1.617)	-	(1.617)
Saldo em 31 de março de 2016	(4.872)	-	(4.872)
Valor contábil líquido			
Saldo em 31 de março de 2015	2.470	123.576	126.046
Saldo em 31 de março de 2016	6.899	160.371	167.270

As adições do exercício referem-se a três projetos relacionados ao desenvolvimento de novas tecnologias para o setor sucroenergético.

	2015	Adições	2016
Projetos Melhoramento Convencional	59.717	11.433	71.150
Projetos Melhoramento Transgênico	34.775	11.819	46.594
Projeto Etanol Celulósico	29.084	13.543	42.627
Total	123.576	36.795	160.371

A política de capitalização da companhia é feita com base no seguinte mecanismo

Prova de conceito e Pesquisa aplicada (FASE 1), a qual abrange a avaliação quanto à atratividade, mérito técnico e alinhamento, o potencial de aplicação no mundo real, a definição de protocolos e Protótipo e laboratório.

- Desenvolvimento Precoce (FASE 2), a qual abrange o refinamento de processos e protocolos, os start-ups de investigação em campo e potencialmente plantas Piloto.
- Desenvolvimento Avançado (FASE 3), a qual abrange testes de campo, a análise regulatória e potencialmente Plantas Demonstração.
- Pré Lançamento (FASE 4), a qual abrange as aprovações regulatórias, *Seed bulk-up*, o detalhamento do plano de negócios e Plantas em Escala Semi-Comercial ou Comercial.

A Fase 3 é a que esta na rubrica de intangível, pois, como é de desenvolvimento avançado já temos uma expectativa de realização e efetivação de receitas. Esta metodologia foi aprovada em Conselho de Administração.

Projeto melhoramento convencional

Com mais de cinco mil variedades, o banco de germoplasma de cana-de-açúcar do CTC, localizado em Camamu, na Bahia, é o maior e mais completo do mundo. Além disso, a regionalização de seu Programa de Melhoramento Genético, por meio de seus polos regionais estrategicamente distribuídos pelo País, permite à Companhia desenvolver variedades cada vez mais produtivas e que contemplam todas as condições de produção das diferentes regiões onde a planta é cultivada no Brasil.

A diversificação e a modernização do plantel varietal contribuem decisivamente para a sustentabilidade do agronegócio, não só pelos ganhos de produtividade, como também pela melhoria da qualidade, pela redução dos riscos fitossanitários e de perdas agrícolas. Isso porque esses novos materiais genéticos são desenvolvidos para atender aos modernos processos produtivos, como plantio e colheita mecanizados. Mais produção, eficiência e longevidade dos canaviais significam mais ganhos para o produtor.

Em seu plano de negócio para o ano safra 2015/2016, a Companhia tinha como objetivo aumentar sua participação no mercado de variedades de cana de açúcar, expandindo o volume de áreas sob contratos de royalties firmados com os usuários desta tecnologia. A Receita Bruta da companhia na safra atingiu o montante aproximado de R\$ 90 milhões, 5% abaixo do previsto no início da mesma, devido à área de reforma total menor que estimada, condições climáticas desfavoráveis ao plantio e que ocasionaram atrasos ao longo da safra, condições de mercado desfavoráveis ao setor sucroenergético, além da baixa disponibilidade e custo de crédito para financiar o plantio agrícola. Mesmo com todas essas adversidades, a receita aumentou em 17% em relação ao ano anterior.

O CTC detém os direitos de Propriedade Intelectual dessas variedades por 15 anos a contar da data de concessão de seus respectivos certificados de proteção, conforme estabelece a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997).

Projeto melhoramento genético com emprego de biotecnologia

A Biotecnologia, ferramenta para o esperado salto de produtividade do canavial, é capaz de acelerar o processo de melhoria contínua de produtividade das variedades convencionais e, ainda, incorporar à cana características desejáveis (*traits*) que oferecem vantagens econômicas, ambientais e de manejo, tais como aqueles já usufruídos por produtores de soja, milho e algodão no Brasil há cerca de duas décadas.

O CTC iniciou seus trabalhos com emprego da Biotecnologia nos anos 90, quando transformou a primeira variedade de cana-de-açúcar no mundo. Em 2000, a Companhia liderou o projeto de sequenciamento genético da cana. Tais esforços foram a base do programa atual, que visa trazer ao mercado nacional variedades de cana geneticamente modificadas com características desejáveis e produtividade superior.

A partir de 2018 o CTC lançará variedades de cana geneticamente modificada, tais como:

- **Cana resistente a insetos, com maior** produtividade e demandando menor uso de inseticidas, além da economia também de mão-de-obra, máquinas, combustível e água. No futuro, essa característica virá associada à **tolerância a herbicidas**, expandindo os ganhos ambientais, econômicos e a simplicidade de manejo da operação.
- **Cana tolerante a estresse hídrico**, permitindo reduzir a perda de produção nas regiões de déficit hídrico. Tais variedades trarão, maior flexibilidade de manejo, redução de custos e permitirão o plantio em regiões atualmente consideradas inadequadas
- **Cana mais produtiva**, com a inserção de genes que conferem aumento no volume de cana produzido por hectare, proporcionando maior produção sem expansão da área plantada.
- **Cana com maior teor de açúcar**, visando aumentar a produtividade sem expansão da área e com substancial redução de custo. As plantas geneticamente modificadas estão sujeitas a aprovação pela Comissão Técnica Nacional de Biotecnologia (CTNBio) no Brasil, e os produtos com ela produzidos sujeitos a processos de desregulamentação nos países para onde são exportados.

Projeto etanol celulósico

A produção de etanol é hoje estratégica, uma vez que se trata de um combustível produzido a partir de fonte limpa e renovável, cujas condições ideais de produção encontram-se fartamente presentes no Brasil. O CTC está investindo no desenvolvimento de um processo de produção de etanol celulósico (também conhecido por etanol de 2ª geração ou E2G) a ser produzido a partir do processamento da biomassa da cana (bagaço e palha). Essa tecnologia deverá permitir aumentar em 50% o volume de etanol produzido a partir do mesmo volume de cana.

No CTC, os trabalhos para o desenvolvimento do etanol celulósico tiveram início em 2006, com esforços progredindo da fase laboratorial para plantas piloto e de escala semi-comercial (demonstração). A expectativa é comercializá-lo dentro dos próximos 3 a 5 anos.

Um dos diferenciais do processo sendo desenvolvido pelo CTC reside no fato de permitir integração com os processos e equipamentos hoje existentes nas usinas, visando à otimização dos custos de instalação e operação.

Além do aumento da produtividade, a produção de etanol celulósico a partir da biomassa da cana de açúcar, no Brasil, não impacta a produção de alimentos, visto que sua matéria-prima são os resíduos da planta e que o país dispõe de abundantes terras aptas à produção agrícola. Ambientalmente, o etanol celulósico, assim como aquele produzido convencionalmente, é um combustível mais limpo e renovável, produzindo menor emissão de gases do efeito estufa.

Sementes artificiais

O projeto tem como objetivo o desenvolvimento de sementes artificiais de cana de açúcar, o que possibilitaria uma mudança completa na maneira como se planta a cultura. Tal mudança geraria importantes ganhos através da possibilidade de rapidamente se modernizar o plantel de variedades do produtor, aumento da produtividade, substancial redução de custos, simplificação operacional, além de ganhos ambientais e sociais.

No projeto, o CTC utiliza modernos processos biotecnológicos, através dos quais se conseguem gerar plantas idênticas à planta-mãe, ou seja, a planta que forneceu o tecido para produção da semente), em larga escala e de maneira segura e econômica.

O projeto de desenvolvimento do sistema de plantio de cana por sementes é de longo prazo, encontra-se em fase de desenvolvimento intermediário e em um futuro afetará a conta de intangível.

17 Fornecedores

Referem-se, substancialmente, fornecedores de máquinas e equipamentos, materiais e prestadores de serviços de assessoria técnica, assessoria de engenharia e consultoria.

	2016	2015
Fornecedores Nacionais	5.892	6.172
Fornecedores Nacionais - partes relacionadas (nota explicativa nº 29)	1.760	-
Fornecedores Estrangeiros	2.203	2.203
	9.855	8.375

18 Salários, férias e encargos a pagar

	2016	2015
Provisão de férias e encargos	4.412	4.605
Provisão de 13º salário e encargos	953	1.001
Participação no programa de gestão por metas	9.389	7.933
INSS a recolher	988	1.070
IRRF sobre salários	539	512
FGTS a recolher	231	246
Outros	56	48
	16.568	15.415

19 Receitas a auferir e diferidas

	2016	2015
Receitas a auferir	2.930	6.251
	2.930	6.251

Receitas a Auferir corresponde aos valores recebidos da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos para o desenvolvimento de projetos e pesquisas definidos em convênios firmados entre as partes. Com base na evolução da execução dos projetos utilização de ativos e respectivas prestações de contas, os valores serão alocados ao resultado como receita.

Em função da transformação de sociedade mencionado na nota explicativa nº 01, o convenio firmado com FINEP foi finalizado. Os saldos referentes aos projetos do FINEP no montante de R\$ 2.930 estão aguardando aprovação das respectivas prestações de contas para conclusão e destinação dos saldos dos projetos.

20 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Encargos	Vencimento		Garantias	Saldo devedor	
			de	até		2016	2015
Finame FINEP	R\$	2,5% a.a	2013	2019	Alienação fiduciária de ativo Imobilizado	914	1.207
Subvenção FINEP	R\$	0% a.a				3.855	3.855
BNDDES	R\$	4% a.a	2013	2022	Fiança bancária (1,9%)	171.308	35.584
BNDDES	R\$	3,5%a.a	2013	2023	Fiança bancária (1,9%)	42.663	42.613
BNDDES	R\$	TJLP	2013	2023	Fiança bancária (1,9%)	10.764	10.639
						<u>229.504</u>	<u>93.898</u>
Circulante						33.391	4.148
Não circulante						196.113	89.750

Os montantes do passivo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	2016
2016	33.391
2017	41.702
2018	31.682
2019	31.564
2020	31.512
2021	31.492
2022	25.120
2023	3.041
	<u>229.504</u>

21 Provisão para contingências

A Companhia possui ações judiciais envolvendo questões tributárias e cíveis que se encontram em defesa administrativa e tratam-se de impostos federais avaliadas pelos seus assessores jurídicos como sendo processos de risco possível no montante de R\$ 35.355 (R\$ 33.598 em 31 de março de 2015) e processos trabalhistas que são processos classificados pelos assessores jurídicos como risco possível no montante de R\$ 45 (R\$ 219 em 31 de março de 2015) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas não requerem sua contabilização.

22 Patrimônio líquido

O capital social da Companhia passou de 718.132 para 760.001 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de fevereiro da Companhia, que passam a vigorar com a seguinte redação:

O capital social da Companhia, totalmente subscrito, é de 456.896.910 (quatrozentos e cinquenta e seis milhões, oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e dez reais), representado por 760.001 ações, sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal.

O capital social da Companhia está assim distribuído:

Composição acionária	2016		2015	
	Quantidade de ações	%	Quantidade de ações	%
Raízen Energia S.A.	151.453	19,93%	149.831	20,86%
Copersucar S.A.	134.331	17,68%	132.938	18,51%
BNDES Participações S.A. - BNESEPAR	114.191	15,03%	76.128	10,60%
São Martinho Inova S.A.	41.033	5,40%	40.722	5,67%
Odebrecht Agroindustrial Participações S.A.	34.913	4,59%	34.913	4,86%
Guarani S.A.	30.724	4,04%	30.490	4,25%
Usina Coruripe Açúcar e Alcool S.A.	24.021	3,16%	23.839	3,32%
Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda.	19.504	2,57%	-	-
Usina Moema Açúcar e Alcool Ltda	19.327	2,54%	19.180	2,67%
Pedra Agroindustrial S.A	10.838	1,43%	10.838	1,51%
U.S.J - Açúcar e Alcool S.A	10.442	1,37%	10.442	1,45%
Biosev S.A.	10.290	1,35%	10.290	1,43%
Usina Alta Mogiana S.A Açúcar e Alcool	9.913	1,30%	9.913	1,38%
Demais acionistas	149.021	19,61%	168.608	23,49%
Total	760.001	100%	718.132	100%

Aumento de capital

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de fevereiro de 2016, deliberou o aumento do capital social da Companhia em R\$ 95.440.385,50 (noventa e cinco milhões, quatrocentos e quarenta mil, trezentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos), mediante a emissão de 41.869 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 2.259,17, fixado com base na perspectiva de rentabilidade da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso I, da Lei das S.A., o qual foi integralizado em moeda corrente nacional, passando o capital social de para R\$ 361.456.524,50 (trezentos e sessenta e um milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e vinte e quatro reais e cinquenta centavos), para 456.896.910 (quatrocentos e cinqüenta e seis milhões, oitocentos e noventa e seis mil, novecentos e dez reais).

Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

23 Lucro por ação

A tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia (a)	1.507	5.199
Média ponderada de ações em circulação (b)	721.621	676.262
Lucro líquido diluído por ação ordinária (a) / (b)	0,0021	0,007687

24 Segmentos operacionais

A Administração da Companhia baseia seus relatórios internos gerenciais para tomada de decisões nas próprias demonstrações financeiras, na mesma base em que estas declarações são divulgadas, ou seja, apenas um segmento considerado internamente como “*Royalties*”, provenientes de variedades de cana-de açúcar (melhoramento genético).

A informação segmentada por venda de cana de açúcar e serviços de laboratórios não são relevantes.

Como consequência, devido ao fato de que a Administração não utiliza qualquer sistema de informação diferente das demonstrações financeiras e não usa nenhum indicador que não os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2016, nenhum relatório específico será demonstrado, como definido pelo pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 8.

Quanto às informações sobre os principais clientes, em função da própria atividade, a Companhia não possui, individualmente, clientes que representam mais de 10% da receita total consolidada.

25 Receita operacional

	2016	2015
Receitas de <i>royalties</i>	17.202	16.774
Receitas de <i>royalties</i> - partes relacionadas (nota explicativa nº 29)	73.729	60.864
Receitas de serviços	880	1.665
Receitas de serviços - partes relacionadas (nota explicativa nº 29)	1.643	2.124
Outros - partes relacionadas (nota explicativa nº 29)	1.927	1.298
Impostos	<u>(8.885)</u>	<u>(7.632)</u>
Total	<u>86.496</u>	<u>75.093</u>

26 Despesas operacionais por natureza

	2016	2015
Despesas com pessoal	56.370	41.823
Serviços contratados	19.614	16.167
Despesas com materiais	4.009	3.026
Depreciação e amortização	7.319	3.382
Despesas gerais	12.923	7.617
	<u>100.235</u>	<u>72.015</u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custo de pesquisa & desenvolvimento, produtos vendidos e serviços prestados	67.014	49.911
Despesas administrativas	<u>33.221</u>	<u>22.104</u>
	<u>100.235</u>	<u>72.015</u>

27 Financeiras líquidas

	2016	2015
Receita com aplicações financeiras	20.806	6.875
Variação cambial (líquida)	25	(8)
Correção monetária	85	-
Correção monetária - partes relacionadas (nota explicativas nº 29)	318	-
Juros recebidos	1.339	325
Juros recebidos - partes relacionadas (nota explicativa nº 29)	1.910	1.243
Outros	(12)	117
	<u>24.471</u>	<u>8.552</u>
Receitas financeiras	<u>24.471</u>	<u>8.552</u>
Despesas bancárias	(5.761)	388
Juros sobre empréstimos	(6.041)	(5.738)
Outras despesas	(265)	(998)
	<u>(12.067)</u>	<u>(7.124)</u>
Despesas financeiras	<u>(12.067)</u>	<u>(7.124)</u>
Financeiras líquidas	<u>12.404</u>	<u>1.428</u>

28 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

31 de março de 2016	Valor contábil			Valor justo				
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Instrumentos Financeiros	118.225	-	-	118.225	-	118.225	-	118.225
Aplicação financeira	115.526	-	-	115.526	-	115.526	-	115.526
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicação financeiro	-	1.102	-	1.102	1.102	-	-	1.102
Contas a receber	-	33.736	-	33.736	33.736	-	-	33.736
Outras contas a receber	-	83.224	-	83.224	83.224	-	-	83.224
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	229.504	229.504	-	229.504	-	229.504
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	9.855	9.855	9.855	-	-	9.855
Outras contas a pagar	-	-	2.039	2.039	2.039	-	-	2.039

31 de março de 2015

	Valor contábil			Valor justo				
	Designado ao valor justo	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Aplicação financeira	141.863	-	-	141.863	-	141.863	-	141.863
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa, exceto aplicação financeiro	-	28	-	28	28	-	-	28
Contas a receber	-	27.797	-	27.797	27.797	-	-	27.797
Outros contas a receber	-	2.114	-	2.114	2.114	-	-	2.114
Passivos financeiros mensurados ao valor justo				-				-
Empréstimos e financiamentos	-	-	93.898	93.898	-	93.898	-	93.898
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo								
Fornecedores	-	-	8.375	8.375	8.375	-	-	8.375
Outras contas a pagar	-	-	1.314	1.314	1.314	-	-	1.314

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

c. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras.

Riscos de crédito

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de grande porte. Com relação às contas a receber, a Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínua de análises de crédito. Em 31 de março de 2016, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldo em bancos, aplicações financeiras e créditos perante clientes. O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes e existe a garantia real dos imóveis correspondentes.

Ativos	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	8	116.628	141.891
Instrumentos financeiros	9	118.255	-
Contas a receber	10	33.736	27.797
Outros contas a receber	12	<u>83.224</u>	<u>2.114</u>
		<u>351.843</u>	<u>171.802</u>

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A despesa com a constituição dessa provisão foi registrada na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A Companhia acredita que nenhuma provisão será necessária com relação a contas a receber não vencido.

A composição por vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável era a seguinte:

	2016	2015
A vencer	27.720	18.855
Vencido de 1 a 30 dias	1.644	319
Vencido de 31 a 60 dias	2.355	3.694
Vencido de 61 a 90 dias	296	139
Vencido de 91 a 180 dias	5.275	3.327
Vencido de 181 a 360 dias	2.954	3.824
Vencido acima de 360 dias	<u>7.827</u>	<u>6.424</u>
	48.071	36.582
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(14.335)</u>	<u>(8.785)</u>
	<u>33.736</u>	<u>27.797</u>

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação as contas a receber e outros recebíveis durante o período foi o seguinte:

	2016	2015
Saldo inicial do exercício	8.785	4.075
Provisão constituída	5.550	4.710
Saldo final do exercício	14.335	8.785

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A gestão desse risco se dá pela composição de um capital de giro de curto prazo que sustente as operações de vendas, como: prazo médio de recebíveis, recursos com taxas atrativas e de curto prazo, com giro médio de pagamento dessas operações de 60 dias. Esse capital normalmente é composto de adiantamentos de clientes, 60 dias para pagamento de alguns veículos novos e limite de crédito nos bancos parceiros.

Exposição a riscos de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Cronograma de amortização da dívida

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 100 Meses
31 de março de 2016								
Fornecedores	9.855	9.855	9.855	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	229.504	229.504	33.391	41.702	31.682	31.564	31.513	59.652
31 de março de 2015								
Fornecedores	8.375	8.375	8.375	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	93.898	93.898	4.148	13.716	14.396	13.366	13.254	35.018

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente.

f. Risco de mercado

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

		Valor contábil	
		2016	2015
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Fornecedores		9.855	8.375
Empréstimos e financiamentos		218.740	83.259
		Valor contábil	
	Risco	2016	2015
Instrumentos de taxa variável			
Aplicação Financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalente)		233.781	141.863
Empréstimos e financiamentos		10.764	10.639

Análise de sensibilidade

A Companhia possui R\$ 233.781 em aplicações financeiras a CDI e R\$ 10.764 de empréstimos e financiamentos indexados a taxa pós-fixada, substancialmente a TJLP. No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI e TJLP, sendo o cenário provável à taxa média de juros efetivos em março de 2016. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI e TJLP em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do período e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

			Cenários					
			Provável		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
Instrumentos	Exposição 2016	Risco	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativo Financeiros								
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalente)	233.781	Redução CDI	13,67	(31.958)	10,25	(23.963)	6,84	(15.991)
Passivos Financeiros								
Empréstimos e financiamentos	10.764	Redução TJLP	7,50	807	5,63	606	3,75	404
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(31.151)		(23.357)		(15.587)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2016	Risco	Cenários						
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	
Ativo Financeiros									
Aplicações financeiras (instrumentos financeiros e caixa e equivalente)	233.781	Aumento CDI	13,67	31.958	17,09	39.953	20,51	47.948	
Passivos Financeiros									
Emprestimos e financiamentos	10.764	Aumento TJLP	7,50	(807)	9,38	(1.010)	11,25	(1.211)	
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				<u>31.151</u>		<u>38.943</u>		<u>46.737</u>	

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

g. Gestão de capita

Os objetivos da Companhia ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Administração. Esses indicadores correspondem aos índices:

De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante) Maior ou igual a 1

Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	2016	2015
Ativo circulante	339.836	173.865
Passivo circulante	66.009	36.652
Índice de liquidez	5,15	4,74

29 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da administração

Para o exercício findo em 31 de março de 2016, a remuneração do pessoal-chave da Administração totalizou aproximadamente R\$ 4.700 (R\$4.000 em 31 de março de 2015).

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos bem como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e suas relacionadas, para os respectivos tipos de operações:

	2016	2015
Ativo circulante:		
Contas a receber (a) - nota explicativa 10		
Grupo Virgolino De Oliveira	4.952	1.432
Usina Açucareira Ester S.A.	4.602	1.167
Tonon Bioenergia S.A.	3.158	648
Ggrupo São Martinho	2.028	-
Usina Alvorada Açúcar e Alcool Ltda	1.942	-
Grupo Unialco	1.669	684
Grupo Biosev	1.351	1.169
Usina Santa Rosa S.A.	1.316	588
S.A. Usina Coruripe Açúcar E Alcool	1.266	882
Antonio Ruelle Agroindustrial Ltda	1.160	415
Usina Santa Fé S.A.	1.141	388
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	1.097	-
Grupo Baldin	887	124
Cocal Comercio E Industria Canaã Açucar E Alcool S.A.	876	241
Jalles Machado S.A.	847	1.174
Usina De Açucar Santa Terezinha Ltda	736	539
Usina Açucareira Furlan S.A.	648	561
Grupo Adecoagro	481	-
Grupo Tereos	480	786
Brazcana Agroindustrial S.A.	410	73
Usina Santa Helena de Açúcar e Alcool S.A	395	-
Nova America Agricola Ltda	373	588
Usina São José da Estiva S.A Açúcar e Alcool	371	-
Grupo Infinity	368	727
Grupo Bp	328	502
Grupo Eth	285	573
Usina Santo Antônio S.A	280	-
Goiasa Goiatuba Alcool Ltda.	269	-
Noble Do Brasil S.A	254	-
Wd Agroindustrial Ltda	185	110
Usinas Itamarati S/A	185	3
Dacalda Açúcar E Alcool Ltda	179	96
Clealco Açúcar E Alcool S.A.	167	415
Companhia Muller de Bebidas	164	-
Usina Santa Adelia S.A.	163	383
Usina São Francisco S.A	160	-
Usina Batatais S.A. Açúcar E Alcool	144	-
Zilor	138	276
Usina Açucareira São Manoel S.A.	125	180
Ferrari Agroindustrial S.A.	119	211
Grupo Raizen	106	1.636
Usj - Açucar E Alcool S.A.	98	156
Della Coletta Bioenergia S.A.	94	77
Usina Maringa	92	137
Usina Uberaba S.A.	89	-
Usina Melhoramentos	52	15
U.S.A. - Usina Santo Angelo Ltda	42	-
Usina Santa Lucia S.A.	37	101
Pedra Agroindustrial	18	2.961
Agropeu - Agroindustrial de Pompeu S/A	12	-
Santa Vitória Açucar E Alcool Ltda	10	3
Acucareira Zillo Lorenzetti S.A.	10	-
Companhia Agricola Usina Jacarezinho	6	-
Usina São Luiz S.A.	3	-
Copersusar S.A.	2	-
Usina Ipiranga De Açucar E Alcool S.A.	1	1.141
Grupo Bunge	1	799
Usina Barra Grande de Lençóis S.A.	1	-
Alcoolvale S/A Alcool e Açúcar	1	-
Grupo Alto Alegre	1	-
Grupo São Martinho	-	2.120
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	-	855
Usina São Luiz Ltda	-	842
Noble Do Brasil S.A	-	483
J. Pilon Açucar E Alcool	-	418
Goiasa Goiatuba Alcool Ltda	-	283
U.S.A. - Usina Santo Angelo Ltda	-	41
	36.375	27.003
Outras contas a receber (b) - nota explicativa 13		
BNDES	76.648	-
Grupo Raizen	609	-
Grupo Tereos	144	550
Grupo Bunge	84	-
Cocal Comercio E Industria Canaã Açucar E Alcool S.A.	25	-
Usina Santa Adelia S.A.	14	-
Usina Açucareira Furlan S.A.	-	25
	77.524	575

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2016

Passivo	2016	2015
Contas a pagar (c) - nota explicativa 17		
Copersucar S.A.	1.504	-
Usina Açucareira São Manoel S.A.	168	-
Grupo São Martinho	85	-
Jalles Machado S.A.	3	-
	<hr/>	<hr/>
	1.760	-
Outras contas a pagar (d)		
Ferrari Agroindustrial S.A.	1.171	1.171
Grupo Unialco	99	-
	<hr/>	<hr/>
	1.270	1.171

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2016

Resultado:	2016	2015
Receitas (e) - nota explicativa 25		
Ggrupo São Martinho	8.968	9.026
Grupo Raizen	7.532	6.156
Pedra Agroindustrial	6.057	5.885
Grupo Brosev	5.391	2.972
Jalles Machado S.A.	3.739	3.075
Usina Ipiranga De Açúcar E Alcool S.A.	3.629	3.166
Usina De Açúcar Santa Terezinha Ltda	2.931	1.899
Grupo Bunge	2.928	2.179
S.A. Usina Coruripe Açúcar E Alcool	2.555	2.366
Grupo Tereos	2.031	1.753
Grupo Adecoagro	1.952	1.479
Grupo Alto Alegre	1.798	1.414
Grupo Virgolino De Oliveira	1.637	1.467
Usina Açucareira Ester S.A.	1.494	1.334
Nova America Agricola Ltda	1.493	1.145
Usina São José da Estiva S.A Açúcar e Álcool	1.468	22
Grupo Eth	1.381	1.082
Tonon Bioenergia S.A.	1.254	1.047
Cocal Comercio E Industria Canaã Açúcar E Alcool S.A.	1.216	630
Usina Santa Fé S.A.	1.148	902
Usina Santo Antônio S.A	1.145	1.055
Clealco Açúcar E Alcool S.A.	1.102	1.037
Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.	1.084	726
Noble Do Brasil S.A	1.004	936
J. Pilon Açúcar E Alcool	1.003	960
Grupo Bp	876	552
Antonio Ruette Agroindustrial Ltda	842	831
Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda	817	781
Usina Açucareira Furlan S.A.	796	739
Usina São Francisco S.A	647	594
Usina Santa Adelia S.A.	644	611
Usina Batatais S.A. Açúcar E Álcool	603	595
Grupo Unialco	582	590
Zilor	556	458
Usina Açucareira São Manoel S.A.	533	493
Ferrari Agroindustrial S.A.	488	602
Grupo Baldin	463	439
Usj - Açúcar E Alcool S.A.	383	363
Usina Santa Rosa S.A.	375	363
Usina Maringa	370	-
Usina Uberaba S.A.	361	331
Della Coletta Bioenergia S.A.	282	228
Dacalda Açúcar E Alcool Ltda	267	241
Usina Melhoramentos	221	151
Wd Agroindustrial Ltda	189	196
Usina Santa Lucia S.A.	175	220
Companhia Muller de Bebidas	164	337
U.S.A. - Usina Santo Angelo Ltda	152	145
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	147	135
Lasa Linhares Agroindustrial S.A	127	123
Agropeu - Agroindustrial de Pompeu S/A	66	50
Santa Vitória Açúcar E Alcool Ltda	41	76
Usina Barra Grande de Lençóis S.A.	40	46
Usina São Luiz S.A.	38	44
Acucareira Zillo Lorenzetti S.A.	35	54
Usina Trapiche S.A	23	35
Alcon - Cia de Álcool Conceição da Barra	22	24
Companhia Agricola Usina Jacarezinho	18	30
Copersusar S.A.	6	22
Energética Serranópolis Ltda	5	4
Usina Petribu S.A.	3	-
Alcoolvale S/A Álcool e Açúcar	2	-
	<hr/>	<hr/>
	77.299	64.216
	<hr/>	<hr/>
Serviços	1.643	2.124
Royalties	73.729	60.864
Outros	1.927	1.228
	<hr/>	<hr/>
	77.299	64.216

	2016	2015
Juros Financeiros (f) - nota explicativa 27		
Usina Açucareira Ester S.A.	793	-
Grupo Virgolino De Oliveira	435	-
Tonon Bioenergia S.A.	434	-
Denusa - Destilaria Nova União S.A.	105	-
Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda	97	-
Ggrupo São Martinho	70	209
Grupo Baldin	48	3
Nova America Agricola Ltda	23	8
Jalles Machado S.A.	21	64
Grupo Biosev	21	62
S.A. Usina Coruripe Açúcar E Alcool	16	49
Grupo Tereos	14	42
Grupo Bunge	13	35
Usina Santa Fé S.A.	12	22
Grupo Alto Alegre	9	28
Noble Do Brasil S.A	9	28
Usina De Açucar Santa Terezinha Ltda	8	25
Usina Santo Antônio S.A	8	15
Grupo Unialco	8	14
Usina Santa Adelia S.A.	7	24
J. Pilon Açucar E Alcool	7	20
Grupo Eth	7	17
Clealco Açúcar E Alcool S.A.	6	20
Dacalda Açúcar E Alcool Ltda	6	4
Zilor	5	16
Goiasa Goiatuba Álcool Ltda.	5	15
Usina Batatais S.A. Açúcar E Álcool	5	15
Usina São Francisco S.A	5	15
Usina Santa Lucia S.A.	5	5
Grupo Adecoagro	4	13
Usina Uberaba S.A.	3	15
Usina Açucareira São Manoel S.A.	3	9
Usina Maringa	3	8
Usj - Açucar E Alcool S.A.	3	8
Cocal Comercio E Industria Canaã Açucar E Alcool S.A.	3	2
Della Coletta Bioenergia S.A.	2	1
Usina Ipiranga De Açucar E Alcool S.A.	1	24
Grupo Bp	1	10
Ferrari Agroindustrial S.A.	1	9
Wd Agroindustrial Ltda	1	3
U.S.A. - Usina Santo Angelo Ltda	1	1
Pedra Agroindustrial	-	215
Grupo Raizen	-	143
Antonio Ruette Agroindustrial Ltda	-	17
Usina Açucareira Furlan S.A.	-	9
Usina Melhoramentos	-	1
	<hr/>	<hr/>
	2.228	1.243
	<hr/>	<hr/>
Juros	1.910	1.243
Correção Monetária	318	-
	<hr/>	<hr/>
	2.228	1.243

- (a) **Contas a receber e receita - Contratos de *Royalties*;**
Operações com licenciamento de variedades de cana de açúcar e de tecnologia. Os *royalties* são reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a essência do acordo

- (b) **Outros contas a receber**
Valores relacionados Aumento de Capital Social - Referente a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de fevereiro.
- (c) **Fornecedores de serviços e arrendamentos**
A Companhia mantém contratos de arrendamento de polos de experimentação e muitas vezes os serviços são prestados são efetuados pela própria usina arrendatária
- (d) **Outros contas a pagar - Adiantamentos de clientes**
Os adiantamentos de clientes podem advir dos contratos de *royalties* ou de contratos de transferência de tecnologia. Os contratos de transferência de tecnologias contemplam maquinas e equipamentos ou processos fabris inteiros.
- (e) **Receitas**
Valores relacionados a receitas de clientes.
- (f) **Juros financeiros**
Valores relacionados a juros por atraso de pagamentos de clientes.

30 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e suas atividades estão sujeitas a regulamentações ambientais. Para tanto, riscos associados aos assuntos ambientais já estão sendo reduzidos por procedimentos operacionais e controles e investimento em equipamentos de controle de poluição e sistemas. A Administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e nos regulamentos em vigor.

31 Arrendamentos mercantis operacionais

Arrendamentos como arrendatário

A Companhia arrenda fazendas, as quais estão as unidades de Piracicaba e Camamu. Na unidade de Piracicaba são realizados plantio, condução e colheita de experimentos visando o desenvolvimento de variedades de cana-de-açúcar convencionais e geneticamente modificadas, formação de viveiros para produção e distribuição de mudas de cana-de-açúcar, e na unidade de Camamu são realizados plantio dos genitores, a manutenção dos mesmos, a coleta de informações do florescimento para realização dos cruzamentos, a montagem dos cruzamentos, a condução dos cruzamentos em ambiente isolado, o beneficiamento das sementes e o corte das coleções de genitores. Esses arrendamentos foram renovados por quatorze anos com opção de renovação após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada ano, para refletir os valores de mercado.

O arrendamento das fazendas foi firmado há longa data como arrendamentos conjuntos, tanto do terreno como de suas edificações. O CTC determinou que o arrendamento das fazendas é operacional. O aluguel pago ao arrendador é ajustado de acordo com os preços de mercado, e o CTC não participa no valor residual dos bens arrendados. Consequentemente, foi determinado que basicamente todos os riscos e benefícios dos ativos são do arrendador. Arrendante - IMOCOP e Interveniente - Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. Objeto do arrendamento são as áreas e edificações de Fazendas no município de Piracicaba e Camamu.

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	2016	2015
Até um ano	2.637	2.573
Acima de um ano - Até cinco anos	12.304	10.547
Mais de cinco anos	18.017	22.631
Total	32.958	35.751

A Companhia reconheceu os seguintes valores como despesa com operações de arrendamento mercantil operacional:

	2016	2015
Despesa com arrendamento mercantil operacional	2.579	2.405

* * *

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.
CNPJ N° 06.981.381/0002-02

Conselho da Administração

Conselheiros

Luís Roberto Pogetti
Pedro Isamu Mizutani
Fábio Venturelli
Jaime José Stupiello
Jucelino Oliveira de Sousa
Martus Tavares
Luiz de Mendonça
Otavio Laje de Siqueira Filho
Pedro Wongtschowski
Fernando de Castro Reinach
Leonardo Pereira Rodrigues dos Santos

Diretoria Executiva

Presidente

José Gustavo Teixeira Leite

Diretores

William Lee Burnquist
Viler Corrêa Janeiro

Contador responsável: Davidy Cristiano Germano
CRC 1SP 292816/O-5